



Disputa para ser a musa da Copa >AT2



Mulher apanha do marido por gastar 30 reais em shopping >20



Feirão com 20 mil imóveis à venda

>Suplemento

# a TRIBUNA

R\$ 1,50

VITÓRIA-ES | QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2014 | ANO LXXV | Nº 24.874 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 100 PÁGINAS

KADIDJA FERNANDES/AT

# ACABOU O PEDÁGIO

O governador Renato Casagrande suspendeu a cobrança na Terceira Ponte e medida já está valendo, mas Rodosol é obrigada a garantir manutenção >2 a 9



MOVIMENTO DE VEÍCULOS no início da noite na subida da ponte no sentido Vitória/Vila Velha. A Rodosol já tinha fechado as cabines, apesar de a medida prever suspensão do pagamento à meia-noite

Estado anuncia expediente normal no dia 2 e barra feriadão >13



VICTOR DUARTE

Emoção com véu gigante na Festa da Penha >15

Vizinho estupra menina, é preso e escapa de ser assassinado >21

Saem as regras para trocar de banco e pagar menos pela casa própria >27

# Reportagem Especial

FIM DE TARIFA

## Acaba o pedágio na 3ª Ponte

O governador Renato Casagrande suspendeu a cobrança por tempo indeterminado, após relatório técnico inicial do Tribunal de Contas

Após 25 anos de cobrança de pedágio, motoristas que passam pela Terceira Ponte não vão mais pagar tarifa. A decisão de suspender a cobrança, por tempo indeterminado, foi anunciada ontem pelo governador do Estado, Renato Casagrande.

Segundo ele, a suspensão – que chamou de medida preventiva e preliminar – foi resultado do relatório técnico inicial de auditoria, divulgado no último dia 16 pelo Tribunal de Contas do Estado.

No relatório foram apresentadas 22 irregularidades no contrato da Rodosol, entre eles um ganho por parte da concessionária de R\$ 798 milhões, que não teriam sido investidos, segundo os auditores.

Casagrande afirmou que, além da suspensão da cobrança do pedágio na ponte, outras medidas também foram tomadas. “Junto com a suspensão, a Arsi (Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado) determinou que a operadora do serviço mantenha o serviço de manutenção de todo o sistema.”

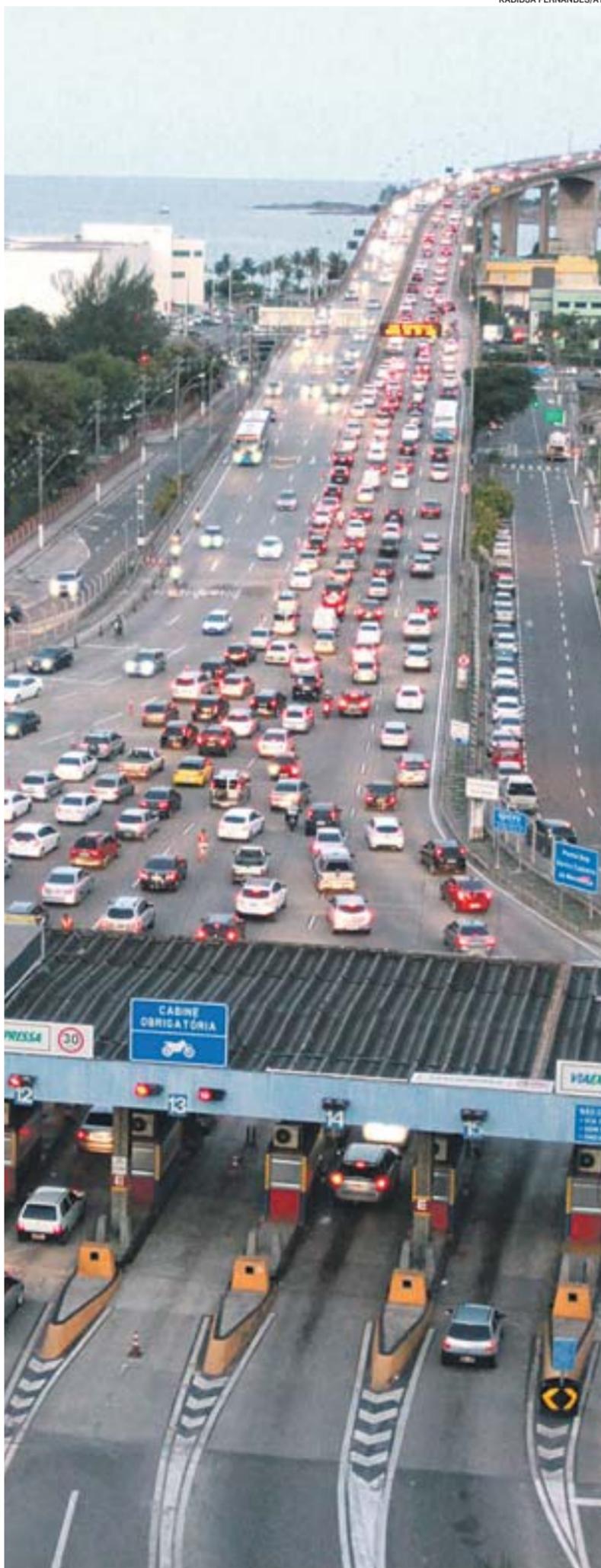
Além disso, ele acrescentou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont) terão 30 dias para aprofundar o documento do Tribunal de Contas. Elas irão avaliar se há outra ação administrativa para ser tomada nesse momento.

O governador destacou que a suspensão será por tempo indeterminado, aguardando a conclusão da auditoria ou decisão da Justiça. “Esse contrato está sendo muito questionado e é bom que o Estado, de forma preventiva, tome a decisão no sentido de proteger o cidadão e o usuário”, enfatizou.

A decisão era para que a cobrança do pedágio fosse suspensa a partir de meia-noite de ontem, mas por volta das 17 horas as cancelas das cabines já estavam abertas e os motoristas passavam direto. Apesar da suspensão, o pedágio na Rodovia do Sol continuará a ser cobrado.

Sobre um possível rompimento do contrato de concessão, o diretor geral da Arsi, Luiz Paulo de Figueiredo, acrescentou que uma resposta só virá com o fim da auditoria e que, se fosse feita de forma unilateral por parte do governo, a concessionária teria de ser indenizada.

“Os estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas previram que, para romper o contrato unilateralmente, o Estado teria de pagar R\$ 500 milhões à concessionária. Então adotamos essa medida de forma a aguardar o final da auditoria, sem que seja necessário romper o contrato de concessão.”



KADIDJA FERNANDES/AT



FERNANDO RIBEIRO/AT

CASAGRANDE anunciou sua decisão em entrevista no Palácio Anchieta

RENATO CASAGRANDE GOVERNADOR

### “Não estamos rompendo contrato”

Durante o anúncio da suspensão da cobrança do pedágio na Terceira Ponte por tempo indeterminado, o governador Renato Casagrande falou também sobre outras ações que poderão ser tomadas no decorrer da auditoria.

**O que levou o governo a suspender o pedágio?**

**RENATO CASAGRANDE** – A decisão foi baseada na instrução técnica inicial do Tribunal de Contas, que apontou desequilíbrio no contrato.

Além disso, determinamos à empresa operadora que continue dando manutenção de toda a rodovia e na Terceira Ponte e determinamos que a PGE (Procuradoria Geral do Estado) e a Secont (Secretaria de Estado de Controle e Transparência) possam analisar em até 30 dias alguma outra medida na área administrativa, que seja necessária para proteger as contas públicas e o Estado.

**> Será tomada alguma medida quanto aos cerca de R\$ 800 milhões?**

Com relação ao desequilíbrio, ele só será identificado de forma conclusiva ao final da auditoria. Se ao final ficar confirmado que há um desequilíbrio de quase R\$ 800 milhões, o Estado vai entrar com ação na Justiça no sentido de reaver esse valor. O Estado em hipótese alguma ficará no prejuízo.

**> Se o reequilíbrio for a favor da operadora, o usuário vai ter**

**que pagar pela tarifa que está deixando de pagar agora?**

Se o reequilíbrio for em favor da operadora, e essa for uma decisão judicial, é o Estado do Espírito Santo que terá de ressarcir.

**> Mas a suspensão da cobrança não é uma forma de rompimento do contrato?**

Não. Você pode reequilibrar o contrato lá na frente. Depois que tiver clareza da auditoria, você pode dizer, por exemplo: ‘a empresa estava certa’ ou ‘a empresa estava errada.’ Não estamos rompendo

contrato. Estamos fazendo um reequilíbrio com base em indícios apontados na instrução técnica inicial.

**> O fato de estarmos em um ano eleitoral pesou na sua**

**decisão?**

Em hipótese alguma. Esse processo começou no ano passado. A decisão está em sintonia com o que foi debatido no ano passado e já era falado que qualquer decisão só viria com análise, auditoria e relatórios que confirmassem ou não inconsistências. Agora, os resultados estão aparecendo e o relatório preliminar colocou uma dúvida no ar grande em termo de desequilíbrio.

O Estado não pode ficar inerte, imóvel em um ambiente desse. Por isso, a decisão é preliminar, com base em um relatório preliminar. Outras decisões poderão ser tomadas ao fim da auditoria e outras decisões poderão ser tomadas no decorrer dela.

OS NÚMEROS

R\$ 0,80

era o valor do pedágio para carros na 3ª Ponte após decisão judicial. Pagamento foi suspenso ontem.

R\$ 7,20

é a tarifa da Rodovia do Sol. Motoristas vão continuar pagando.

FLUXO intenso de veículos no final de tarde na praça do pedágio de Vitória

## Reportagem Especial

## FIM DE TARIFA

## Rodosol é obrigada a dar manutenção

**D**urante a divulgação oficial – no Palácio Anchieta, em Vitória, – da suspensão da cobrança do pedágio na Terceira Ponte, o governador Renato Casagrande garantiu que a concessionária Rodosol será obrigada a dar manutenção de todo o sistema: Terceira Ponte e Rodovia do Sol.

Sendo assim, está mantido o serviço de guincho, ambulância, manutenção do asfalto e da estrutura da ponte, sinalização, videomonitoramento, serviço de atendimento ao usuário 24 horas, orientação da pista, por exemplo quando há ventos fortes, entre outros.

“Nossa decisão está em sintonia com a instrução técnica inicial e também com a nossa responsabilidade de determinar que a empresa possa continuar fazendo a manutenção dos serviços protegendo as pessoas que usam esses serviços”, afirmou o governador.

Caso haja descumprimento por parte da concessionária, Casagrande destacou que o usuário poderá denunciar à ouvidoria da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), pelo número 0800 280 8080.

O horário de atendimento é das 8h ao meio-dia e das 13h30 às

17h30, de segunda à sexta-feira.

Segundo o diretor geral da Arsi, Luiz Paulo de Figueiredo, as multas à concessionária pela não prestação de serviço podem chegar a R\$ 100 mil por dia, com valores referentes à tarifa de 1998.

Segundo ele, manter o pedágio da praça Praia Sol, em Guarapari, é essencial para que sejam garantidos esses serviços ao longo do trecho sob concessão.

“Primeiro, tínhamos de manter uma remuneração da empresa. Se tirássemos os dois pedágios, ela poderia requerer o rompimento de contrato na Justiça. Depois, é necessário que ela tenha como manter os serviços de guincho, ambulância e outros. Isso vai ser mantido com a arrecadação do pedágio de Guarapari.”

Segundo Figueiredo, se fosse rompido o contrato, o Estado teria de contratar emergencialmente uma empresa para prestar os serviços na ponte.

“Sem serviço de guincho na ponte, por exemplo, teríamos um problema gravíssimo de mobilidade urbana. E como não está previsto no orçamento do Estado, teríamos de gastar um dinheiro que não estava previsto para que a ponte não virasse um caos.”



CANCELA LIBERADA na praça de pedágio da 3ª Ponte: serviços de manutenção da concessionária assegurados

## Cobrança em Guarapari é mantida

A cobrança do pedágio na Praia Sol, em Guarapari, será mantida para que os serviços e a manutenção sejam feitos na Rodovia do Sol e na Terceira Ponte.

Segundo o governador Renato Casagrande, não há possibilidade de reajuste no trecho, que tem pedágio de R\$ 7,20 (para carros).

“O pedágio lá (em Guarapari) fica mantido até saber o desfecho da auditoria que está sendo realizada pelo Tribunal de Contas.”

O diretor geral da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), Luiz Paulo de Figueiredo, afirmou que não há possibilidade de reajuste.

Segundo Figueiredo, se fosse reduzido o valor do pedágio em Guarapari, os serviços que são prestados pela concessionária não poderiam ser mantidos.

“A empresa continua faturando na rodovia. Quando tudo acabar, faremos o reequilíbrio, adequando os valores para baixo ou para cima.”

## SAIBA MAIS

## COMO DENUNCIAR

- > **CASO A CONCESSIONÁRIA** deixe de cumprir alguns dos serviços previstos no contrato de concessão, ou algumas das manutenções previstas não forem realizadas, os usuários podem ligar para a Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura Viária (Arsi).
- > **OS USUÁRIOS** podem ligar para reclamar do não atendimento por

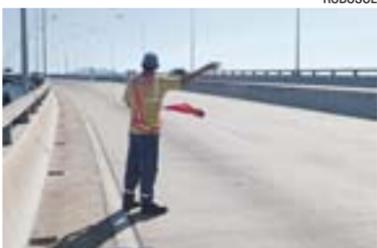
guincho, por buracos e irregularidades nas pistas de rolamento, buracos, postes que estão sem iluminação e outros.

- > **CASO SEJA** comprovada a irregularidade, a Arsi notifica a Rodosol para que solucione o problema.
- > **SE OS PROBLEMAS** não forem solucionados, a empresa pode ser multada em até R\$ 100 mil por dia, com valores referentes a 1998.

## TELEFONE

**0800 280 8080**

O telefone funciona entre 8h e 12h e 13h30 e 17h30, de segunda a sexta-feira.



SINALIZAÇÃO em cima da ponte

## Obrigação da Rodosol

## Pavimentação

- > **A EMPRESA** deve garantir que as quatro vias da ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, a Terceira Ponte, permaneçam em condições seguras de tráfego, sem buracos ou ondulações que prejudiquem o bom desenvolvimento do trânsito no local.

## Sinalização

- > **PARA AUMENTAR** a segurança dos usuários da ponte, a empresa deve

sinalizar todo e qualquer obstáculo nas faixas da circulação de veículos. A sinalização deve ser feita em caso de veículos quebrados na pista, vento forte no local, pista escorregadia, bem como demais eventualidades da natureza.

## Iluminação

- > **PARA GARANTIR** a segurança dos usuários da Terceira Ponte, a empresa deve manter um sistema de iluminação adequado, que permita a utilização segura da via mesmo com ausência de iluminação natural. A ponte possui 250 postes e 250 lâmpadas instaladas.

## Socorro mecânico

- > **OS VEÍCULOS** que, por ventura, tenham algum tipo de defeito em cima da Terceira Ponte, devem ser resgatados por um guincho. O socorro deve ser prestado em tempo inferior a cinco minutos, para que a adversida-

de não prejudique a passagem dos demais veículos.

## Ambulância

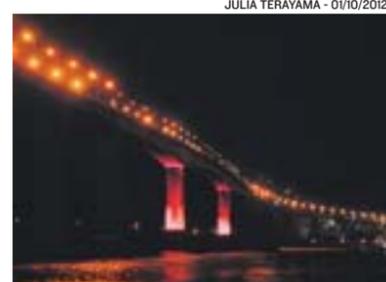
- > **EM CASO** de acidentes, a Rodosol deve disponibilizar socorro médico para os envolvidos, bem como a estabilização do usuário. Caso seja necessário, o transporte entre a Terceira Ponte e um hospital deve ser feito por meio de ambulância.

## Videomonitoramento

- > **PARA MANTER** o controle sobre todas as pistas da ponte, a concessionária deve manter um sistema de videomonitoramento para agilizar a visualização e a remoção de possíveis veículos acidentados, bem como retirar pessoas que passem a pé e sem autorização pelo local.

## Serviço de auxílio ao usuário

- > **O SERVIÇO** de auxílio ao usuário (SAU) deve ser disponibilizado ao usuário da Rodosol por meio de ligação gratuita e 24 horas por dia. O serviço é a forma do usuário que necessita de auxílio entrar em contato com



ILUMINAÇÃO: utilização segura

a empresa operadora da via.

## Controle de navegação

- > **DURANTE** a passagem de navios de grande porte, a concessionária deve orientar o melhor momento para a navegação, para que não haja riscos de abalos estruturais em caso de improváveis, mas possíveis, acidentes.

## Análise estrutural

- > **A RODOSOL** também é responsável por estudos e análise da estrutura física da Terceira Ponte – e deve garantir que nenhum dos 61 pilares de sustentação se deteriore com a ação dos ventos e da maresia.



NAVIO passa por baixo do vão central da Terceira Ponte: concessionária orienta melhor momento para a navegação, para que não haja riscos de abalos estruturais

## Mensagem em rede social e pronunciamento na televisão

Antes de anunciar sua decisão oficialmente para a imprensa, o governador Renato Casagrande deixou uma mensagem em seu perfil na rede social Facebook.

Na mensagem, disse: “Daqui a pouco, anuncio oficialmente a decisão de suspender a cobrança de pedágio na Terceira Ponte. Já determinei à minha equipe que analise em profundidade o relatório preliminar divulgado pelo Tribunal de Contas, que apontou desequilíbrio de quase 800 milhões de reais no contrato com a empresa operadora, para decidirmos outras medidas administrativas cabíveis.”

E acrescentou, na rede social: “Dei o prazo máximo de 30 dias para a conclusão desse estudo. E volto a afirmar: respeitaremos todos os trâmites legais, mas não permitiremos que o Estado fique no prejuízo.”

Na noite de ontem, Casagrande fez um pronunciamento na TV, onde voltou a falar que o Estado não irá ficar no prejuízo. Em entrevista exclusiva à reportagem de **A Tribuna**, publicada no último dia 18, Casagrande já havia dito que o Estado não irá ficar no prejuízo.

Na ocasião, ele disse: “O Estado não vai ficar no prejuízo, mas primeiro nós precisamos saber do resultado final da auditoria, confrontar esses dados. A partir daí, tomaremos as providências para ressarcir o Estado, como dever nosso enquanto governador do Estado.”

## Reportagem Especial

FIM DE TARIFA

# Motoristas comemoram decisão

Após o anúncio de suspensão do pedágio, usuários festejaram, mas também cobraram por serviços de manutenção da ponte

No começo da tarde de ontem, pouco depois do anúncio de suspensão do pedágio, os motoristas que passavam pela Terceira Ponte começaram a comemorar o final da tarifa.

Um dos motoristas passou comemorando e dizendo que o Brasil acordou novamente no dia 22 de abril de 2014, quando o País completou 514 anos.

Enquanto alguns passaram vibrando, outros ainda tinham dúvidas, já que a cobrança continuou sendo feita normalmente durante boa parte da tarde de ontem.

Somente por volta das 17 horas as cancelas foram abertas e a cobrança deixou de ser feita. Antes disso, o pedágio seguia sendo recolhido normalmente — os funcionários da RodoSol afirmaram não terem sido informados da decisão do governo Estadual.

Já no começo da noite os motoristas passaram a enfrentar o congestionamento característico da região, porém sem a exigência do pedágio. “Acho que o final da cobrança é algo positivo. Esse é um direito da população”, disse o assessor comercial Carlos Poletti, de 55 anos, que passa diariamente pela ponte.

Mesmo que satisfeito com o final da cobrança, o usuário se questionou sobre o futuro da via. “O governo tem dificuldades administrativas. Só torço para que a Terceira Ponte não passe a ter os mesmos problemas da Segunda Ponte”, ponderou.

O mesmo questionamento fez a pedagoga Fernanda Sandersen, 35. “Acabar com o pedágio é fácil, mas quero ver o governo manter os mesmos serviços”, desafiou.

Ainda assim, a pedagoga acha justa a suspensão da cobrança. “Não sabia que o pedágio havia sido suspenso, mas assim é mais justo. Acredito que a Terceira Ponte já tenha sido paga há muito tempo. Não justifica mais a cobrança”, opinou.

Quem também não sabia da suspensão da cobrança foi o universitário Amaro Gonçalves, de 26 anos, que mora em Coqueiral de Itaparica, Vila Velha.

“As vezes eu fazia a volta pela Segunda Ponte, justamente para evitar o pedágio, mas agora devo passar a usar mais a Terceira”, disse o estudante.

Já o empresário Carlos Alberto Troies, 53 anos, defende a cobrança do pedágio pela concessionária RodoSol, desde que num valor justo. “Acho que R\$ 0,80 era um preço justo para a manutenção da ponte. Se continuasse assim já seria muito bom. O que eu acho injusto é uma cobrança abusiva como a que é feita na Rodovia do Sol”, comentou o empresário.



USUÁRIO da ponte mostra moeda de R\$ 1 que seria usada para pagar o pedágio. Suspensão da cobrança também pegou muitos motoristas de surpresa

## FALA, LEITOR!



VÁLTER RABELO, 57, aposentado

“A ponte já está paga há muito tempo. A cobrança já deveria ter sido suspensa há muitos anos e agora a justiça está feita”



FÁBIO ALCÂNTARA, 40, empresário

“Acho que essa medida foi muito boa. Agora devo passar a usar mais a Terceira Ponte, já que não tem mais gasto com o pedágio”



COSME NEVES, 71, aposentado

“Essa cobrança deveria ter sido suspensa há muito tempo. Agora, o Estado não pode deixar de fazer a manutenção”



CARLOS WEBERSON, 42, assist. administrativo

“Passo por aqui cerca de quatro vezes por dia e no final do mês eu sentia no bolso. Não via a hora dessa cobrança acabar”



SUELI DE SOUZA, 40, taxista

“Foi ótima essa suspensão. Passo por aqui entre quatro e seis vezes por dia. Acho que vou ter uma boa economia”



JANE KELLER, 65, pensionista

“Achei muito boa a suspensão do pedágio. Acho que essa é uma vitória dos moradores de toda a Grande Vitória”

## TIRE SUAS DÚVIDAS

### Ação de ressarcimento só após auditoria

#### Cancelas da Terceira Ponte

> **FORAM RETIRADAS ONTEM**, horas antes da manifestação. Com a suspensão da cobrança, elas não serão reinstaladas.

#### Créditos da Via Expressa

> **OS MOTORISTAS** que já compraram o crédito da Via Expressa terão duas opções: usar os créditos para o pedágio de Guarapari ou ter o reembolso.

> **NESSO ÚLTIMO CASO**, é preciso que o motorista compareça a uma das lojas da Via Expressa. Uma delas fica próximo à praça de pedágio de Vitória

ria e a outra no Shopping Praia da Costa, em Vila Velha.

> **O HORÁRIO DE ATENDIMENTO** na praça do pedágio é das 8h30 e 18 horas e, da loja no shopping, de 10 às 22 horas.

#### Ação na Justiça

> **OS USUÁRIOS** da Terceira Ponte que guardaram os tiquetes do pedágio para pedir o ressarcimento devem aguardar o fim da auditoria, que pode comprovar irregularidades na cobrança da RodoSol.

> **COM BASE** no resultado final, o mo-

torista poderá ajuizar uma ação, segundo o Ministério Público Estadual.

#### Tarifa do Transcol

> **ASSIM COMO** não vai impactar no valor cobrado no pedágio em Guarapari, a suspensão da cobrança da Terceira Ponte não afeta a tarifa de serviços públicos, como o Sistema Transcol.

> **ISSO PORQUE** os ônibus do Transcol não pagam pedágio há alguns anos e o valor não está incluído em sua planilha de custos.

## Novo decreto legislativo pede anulação de contrato

Um novo projeto de decreto legislativo, protocolado na manhã de ontem pelo deputado Euclério Sampaio (PDT), prevê a anulação do contrato 01/1998, entre governo do Estado e a RodoSol S/A.

Se aprovado, o texto anula o contrato com a concessionária e, consequentemente, as cobranças de pedágio na Terceira Ponte e na rodovia ES-060, a Rodovia do Sol.

Em sua justificativa, Euclério aponta as irregularidades apontadas pela auditoria como base para solicitar essa anulação. “A leitura desse relatório vem ao encontro do que venho falando há 10 anos. A RodoSol não cumpriu, em momento algum, seu papel”, disse.

Diante da suspensão do pedágio, o deputado disse que vai analisar se protocola pedido de urgência para tramitação do projeto na Assembleia. “Primeiro vou analisar o que diz a decisão do governador Renato Casagrande”, afirmou.

O projeto foi lido na sessão de ontem e, sem o pedido de urgência, irá tramitar pelas comissões temáticas da Casa.

Ontem, o presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço, foi até o Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) pedir a inclusão da Casa no processo da auditoria do contrato de concessão da RodoSol.

Segundo Theodorico, a medida serve para evitar a nulidade do processo, pois é uma prerrogativa da Assembleia fazer a fiscalização desse tipo de contrato.

## Reportagem Especial

FIM DE TARIFA

## Guardas dão apoio contra retenções

Prevenido o aumento de veículos na Terceira Ponte e possíveis engarrafamentos nos acessos, o governador do Estado, Renato Casagrande, pediu reforço da Guarda Municipal de Vitória e Vila Velha a partir de hoje para organizar o trânsito.

O pedido foi feito ontem aos prefeitos de Vitória, Luciano Rezende, e de Vila Velha, Rodney Rocha Miranda. Casagrande conversou também com o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, para que policiais militares também ajudem a organizar o trânsito, caso seja necessário.

Logo após conversar com o governador, Luciano Rezende determinou que o efetivo da Guarda Municipal fosse reforçado nos horários de pico no entorno da Terceira Ponte a partir de hoje.

Paralelo a isso, ele pediu que seja feito um estudo para identificar se vai ser preciso aumentar ainda mais o efetivo na região. Esse relatório será entregue no final do dia

“Eram 4 guardas orientando o trânsito na ponte. E a partir de amanhã (hoje), serão 16 nos horários de pico”

Fabiana Maioral, secretária de Prevenção e Combate à Violência de Vila Velha

ao prefeito. “Já aumentamos o efetivo, e caso seja necessário, novas medidas serão adotadas com intuito de organizar o trânsito.”

A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Urbana de Vitória informou ontem, que inicialmente dois guardas irão reforçar a equipe nos horários de pico, das 7 horas às 8h30 e das 17 horas às 20 horas, passando de cinco para sete agentes municipais.

Ainda em Vitória, imagens das câmeras de videomonitoramento serão usadas para avaliar se há necessidade de aumentar o efetivo nas proximidades da ponte.

## REDUÇÃO

A secretária de Prevenção e Combate à Violência de Vila Velha, Fabiana Maioral, disse que desde que a tarifa foi reduzida, em julho de 2013, de R\$ 1,90 para R\$ 0,80, já houve aumento no fluxo de veículos. Desde a ocasião, segundo ela, houve reforço do efetivo.

“Com a redução da tarifa, o fluxo dobrou. Agora, a tendência é de que o fluxo de veículos aumente ainda mais. Antes da redução eram quatro guardas controlando o trânsito na ponte. Foi para 12. A partir de amanhã (hoje), serão 16 nos horários de pico, das 6h30 às 9h, e das 16h30 às 20h.”

E completou: “O subinspetor da Guarda estará lá observando o trânsito. Se for preciso, o número de guardas poderá aumentar.”

## Obras na ponte são suspensas

Com a incerteza sobre os rumos do contrato com a Rodosol, as obras de ampliação da Terceira Ponte ficam suspensas até a conclusão da auditoria.

A obra faz parte do principal projeto de mobilidade do governo do Estado: os corredores exclusivos para ônibus (BRT). O pacote de medidas para a implantação do novo sistema de transporte coletivo está em sua fase inicial de licitação e tem previsão de começar as obras ainda este ano.

Durante o anúncio do governador do Estado, Renato Casagrande, na tarde de ontem, o secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, Fábio Damasceno, garantiu que, apesar das obras de ampliação da ponte ainda dependerem dos rumos da auditoria, o fato de aguardar a decisão não atrasa o cronograma de obras do governo.

“O BRT é um projeto muito grande e temos no planejamento várias frentes de obras que podem ser iniciadas antes da Terceira Ponte”, afirmou.

Ele frisou, ainda, que o governo já está com o projeto para ampliação da ponte pronto e prevê o alargamento da ponte em 1,5 metro para cada lado.

Com isso, a ponte deixaria de ter duas faixas de rolamento por sentido, para ter três faixas. “O alarga-

mento será feito usando estrutura metálica. Quanto à possibilidade das cabines de pedágio mudarem de lugar, temos o projeto prevendo ou não mudanças dos locais de cobrança”, afirmou.

Damasceno destacou que só

“Temos no planejamento várias frentes de obras que podem ser iniciadas antes da Terceira Ponte”

Fábio Damasceno, secretário



FÁBIO DAMASCENO: “Aguardar a auditoria não atrasa o BRT nesse momento”



CONGESTIONAMENTO na 3ª Ponte: guardas de Vitória e Vila Velha e PMs vão ajudar a organizar o trânsito

## NÚMEROS

## TERCEIRA PONTE

FEVEREIRO DE 2014

Foram 2,4 milhões de passagens sobre a ponte e a concessionária **ARRECADOU R\$ 1,8 MILHÃO.**

- > **DIARIAMENTE**, cerca de 85 mil veículos circulam pela Terceira Ponte.
- > **O FLUXO DE VEÍCULOS**, comparado com o de janeiro do ano passado, quando a tarifa ainda era de R\$ 1,90, aumentou cerca de 3%.

## RODOVIA DO SOL

Foram 383 mil passagens pelo pedágio de Guarapari e a concessionária **ARRECADOU R\$ 2,8 MILHÕES.**

- > **O PEDÁGIO** na Rodovia do Sol vai ter o preço mantido em R\$ 7,20.
- > **NA RODOVIA DO SOL**, segundo a Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura Viária, o preço da tarifa apenas para a manutenção da via seria R\$ 3,15.

Fonte: Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi)

## SAIBA MAIS



IMAGEM mostra como vai ficar a entrada e a saída de Vitória com o BRT

## Trechos vão receber viadutos

## BRT na Grande Vitória

> **O PROJETO DO BRT** prevê a construção de 35 quilômetros de corredores exclusivos de ônibus na Grande Vitória.

> **A PREVISÃO** é que sejam feitas obras nos quatro municípios da Grande Vitória. Em alguns trechos serão construídos viadutos e túneis. Um dos locais que vai receber obras é a região da Ilha do Príncipe, que tem previsão de receber um miniterminal, novas vias e um viaduto.

> **O PROJETO ESTÁ** em fase de habilitação das empresas que vão poder realizar as obras. A previsão é que as empresas sejam conhecidas hoje, caso o prazo não seja novamente adiado. O governo do Estado quer

que as obras comecem até dezembro deste ano.

## Ampliação da Ponte

> **NO PROJETO** do BRT existe uma previsão de que a Terceira Ponte passe por uma ampliação.

> **A IDEIA** é que a ponte seja alargada em 1,5 metro em cada sentido e, com a retirada do canteiro central, sejam criadas duas novas faixas.

> **ESSAS** novas faixas seriam usadas pelos ônibus do BRT. No total, a ponte ficaria com três faixas em cada sentido.

> **O CANTEIRO CENTRAL** também seria reversível, ou seja, nos horários de pico, um sentido ficaria com quatro faixas e o outro com duas.

## Reportagem Especial

FIM DE TARIFA

# Rodosol estuda entrar com ação

Concessionária afirmou que vai cumprir decisão do governo do Estado de suspender o pedágio na 3ª Ponte, mas deve recorrer à Justiça

**A**pós o anúncio da suspensão por tempo indeterminado do pedágio da Terceira Ponte, a concessionária Rodosol estuda quais as medidas jurídicas que serão adotadas em relação ao cancelamento da tarifa.

A Rodosol afirmou que cumprirá a decisão do governador Renato Casagrande e vai manter os serviços e a manutenção da Rodovia do Sol e da Terceira Ponte apenas com o pedágio de Guarapari, mas questionou as informações do relatório inicial da auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) que, segundo a empresa, “são mentirosas e repletas de nulidades”.

A empresa afirmou, por meio de nota, que a divulgação do relatório na semana passada foi uma forma de condenar previamente a concessionária que, segundo eles, não teve direito de defesa.

“Trata-se de uma autêntica e absurda condenação prévia, que tem como vítimas, além da própria empresa, o estado de Direito e a segurança jurídica”, informou a nota.

Além disso, a Rodosol classificou como “absurda” a informação de que teria sido beneficiada em R\$ 798 milhões durante o contrato de concessão. Segundo a concessionária, a quantia anunciada “é muito superior aos R\$ 620 milhões



FUNCIONÁRIOS da Rodosol lacram cabines de pedágio na Terceira Ponte após suspensão da cobrança pelo governo

de receita bruta obtidos pela empresa nos 15 anos da concessão.”

A informação de que houve sobrepreço na tarifa básica da concessão também foi questionada pela Rodosol. “O preço apresentado na concorrência foi inferior ao valor estabelecido pelo governo do Estado, no edital da época.”

A nota ainda afirma que o TC-ES realizou auditoria no contrato em 2010 e não encontrou nenhu-

ma irregularidade, assim como outros trabalhos realizados pela Assembleia Legislativa, Auditoria-Geral do Estado e Fundação Getúlio Vargas.

Uma dessas auditorias, que resultou em um reequilíbrio de contrato em 2005, foi presidida pelo atual relator do processo no TC-ES, Sebastião Carlos Ranna.

A Rodosol afirmou que na auditoria de 2005 nenhuma das irre-

gularidades apontadas agora pelos técnicos do TC-ES foram encontradas. “Por que não investiga o conselheiro Sebastião Ranna por omissão e prevaricação, já que ele nada denunciou em 2005 e ainda coordenou um aditivo de contrato?”, questionou a empresa.

Procurado na noite de ontem, Ranna preferiu não se pronunciar sobre a acusação por parte da Rodosol de omissão e prevaricação.

## Governo pede para acelerar auditoria de contrato

A decisão sobre quais medidas serão adotadas em relação ao contrato de concessão da Rodosol, segundo o governador Renato Casagrande, só será possível após a conclusão da auditoria por parte do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES). O governador quer que o órgão tente antecipar o resultado da auditoria ainda para este ano.

“Vimos que o prazo dado pelo presidente do Tribunal de Contas foi o início do ano que vem. Mas acho necessário pedir celeridade, para resolvermos essa questão.”

Segundo o TC-ES, apesar da vontade em acelerar a tramitação do processo, existem prazos previstos na lei que devem ser respeitados. Um dos exemplos dados foi o prazo para defesa, que tem duração de 30 dias.

O órgão também informou que, após esse limite, o relatório final de auditoria fica pronto em cerca de 90 dias, após as respostas serem analisadas por outros auditores.

Depois dessa etapa, o relatório é encaminhado ao Ministério Público de Contas (MPC), para que elabore parecer e encaminhe ao relator, que elabora o voto.

Caso sintam necessidade de mais prazos, os órgãos podem pedir prorrogação e, por isso, a previsão é que a auditoria seja encerrada no ano que vem.

## O QUE APONTOU O RELATÓRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS

### 1 Projeto Básico

> A FALTA DE ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO durante a licitação, segundo os auditores, vai contra a Lei de Concessões.

### 2 Dívida do Estado

> COLOCAR na licitação a obrigação de pagar dívida anterior da ponte vai contra a Lei de Licitações.

### 3 Sem aprovação jurídica

> A MINUTA do edital foi avaliada pela Procuradoria-Geral do Estado, mas não foi aprovada.

### 4 Critérios subjetivos

> SEGUNDO OS AUDITORES, não havia parâmetros de análise, que poderiam

ser feitos de acordo com a subjetividade dos julgadores.

### 5 Visita conjunta e obrigatória

> EMPRESAS foram obrigadas a fazer juntas uma visita técnica com o DER, o que contraria a Lei de Licitações. Técnicos dizem que isso favorece a combinação de preços.

### 6 Publicação

> O PRAZO observado entre a publicação da licitação e a entrega das propostas foi de 41 dias. O mínimo é de 45 dias pela Lei de Licitações. Alterações foram publicadas próximo à data de abertura.

### 7 Patrimônio abusivo

> CONCORRENDO sozinhas, as empre-

sas deveriam ter patrimônio de R\$ 65 milhões, consórcios deveriam ter R\$ 85 milhões.

### 8 Garantia abusiva

> A GARANTIA de R\$ 6,5 milhões para entrar na licitação foi considerada abusiva.

### 9 Patrimônio mínimo

> NÃO SE PODE EXIGIR a existência de patrimônio mínimo e a garantia ao mesmo tempo.

### 10 Fluidez na 3ª Ponte

> NÃO HÁ PREVISÃO de serviço adequado na 3ª Ponte, que é exigência da Lei de Concessões.

### 11 Licença ambiental ilegal

> O ESTUDO prévio de impacto ambiental foi transferido para depois da concessão, mas devia estar na licitação.

### 12 Acréscimo irregular de verba rescisória

> TÍQUETES de pedágio foram distribuídos antes da concessão e incluídos em abatimento, mas não há comprovação da quantidade total.

### 13 Licença sem condicionantes

> AS LICENÇAS DE OPERAÇÃO foram dadas sem o cumprimento das con-

RODRIGO GAVINI - 02/04/2014



FLUIDEZ na ponte: exigência em lei condicionantes ambientais.

### 14 Repasse menor para custeio de fiscalização

> VALOR MENOR ao contratado para órgãos como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

### 15 Repasse menor para a PRE

> REPASSE para aparelhamento da Polícia Rodoviária Estadual foi menor que o acordado no contrato.

### 16 Mudança em exigências de operação sem adequar contrato

> ALGUNS SERVIÇOS de fiscalização e a alimentação de banco de dados não foram feitos pela Rodosol.

### 17 Fiscalização deficiente

> A FISCALIZAÇÃO da agência reguladora foi considerada deficiente, por usar relatórios baseados apenas no que diz a concessionária.

### 18 Reajuste inadequado

> ÍNDICES de reajuste estão vinculados 90% à obra e consultoria e 10% vêm dos índices de inflação. Com isso, tarifas cresceram 22,15% a mais que a média da inflação.

### 19 Não comprovação de cumprimento de obras

> NÃO HÁ COMPROVAÇÃO de solução de 27 pendências enumeradas em vistoria realizada em 2000 pelo DER.

### 20 Obra com qualidade inferior

> OBRAS realizadas com qualidade inferior ao previsto no contrato não foram negadas pelo DER.

### 21 Sobrepreço da tarifa básica

> A TARIFA BÁSICA no início da concessão estava com sobrepreço. O máximo era para ser R\$ 0,91 e o preço foi de R\$ 0,95.

### 22 Desequilíbrio econômico

> DESEQUILÍBRIO do contrato em favor da concessionária, equivalente a R\$ 798 milhões, segundo técnicos.

JULIA TERAYAMA - 22/08/2012

**RODOVIA DO SOL:** relatório técnico inicial do Tribunal de Contas apontou que obras realizadas com qualidade inferior ao previsto no contrato não foram negadas pelo DER



## Reportagem Especial

ADRIANO HORTA - 02/05/2012



O PROCURADOR Alexandre Guimarães disse que decisão foi equivocada

## FIM DE TARIFA

## Alerta para risco jurídico de decisão

Sobre a decisão de ontem do governador Renato Casagrande em suspender a cobrança do pedágio na Terceira Ponte, juristas e especialistas ressaltaram o risco que pode acarretar aos cofres públicos.

Para o procurador do Ministério Público Estadual (MP-ES) Alexandre Guimarães, a decisão de Casagrande foi precipitada.

“Do ponto de vista do Direito Constitucional, a decisão foi equivocada. Uma concessão de um serviço público é regida pela lei que garante às concessionárias o devido processo legal. Uma vez que o direito de ampla defesa é negado, e uma decisão sumária é tomada, esse tipo de decisão tende a ser anulada e revertida pelo Poder Judiciário já que ofende a lei”, explicou.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Sérgio Ricardo de Souza, classificou a determinação como política.

“Diante de uma situação contundente como a apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado

“Uma vez que uma decisão sumária é tomada, ela tende a ser anulada e revertida, já que ofende a lei”

Alexandre Guimarães, procurador

(TC-ES), o governador tomou uma decisão política como representante do Poder Executivo do Estado. Porém, a questão somente será decidida judicialmente, e quando todas as partes se pronunciarem.”

A advogada e professora universitária Ludmila Montibeller afirmou que mesmo respaldada pela auditoria do TC-ES, a decisão pode ser revista.

“Existe um contrato que traz regras para o Estado e para a Rodosol e, se essa decisão unilateral se der somente pelos fatos alegados e não tiver um reforço legal, a decisão corre o risco de ser alterada pelo Poder Judiciário. O fundamento tem que ser legal e contratual, já que existe um contrato que rege a concessão”, disse.

O juiz titular da 4ª Vara Cível de Vitória, Paulo Abiguenem Abib, também comentou sobre a possibilidade de uma penalidade que o Estado terá de responder, caso a concessionária tiver êxito em uma decisão judicial.

“A cobrança do pedágio da Terceira Ponte pela Rodosol é prevista por um contrato administrativo. Para a decisão governamental de suspendê-la, em virtude da auditoria do TC-ES, é cabível uma discussão judicial, pois a empresa tem o direito de ampla defesa e, se por acaso houver um êxito da concessionária, o Estado terá de responder judicialmente pela quebra unilateral de contrato”, esclareceu.

## O QUE ELES DIZEM



ACERVO PESSOAL

LUDMILA MONTIBELLER, advogada

“Fundamento tem de ser legal e contratual, já que existe um contrato que rege atualmente a manutenção da concessão à Rodosol”



LEONE IGLESIAS - 17/05/2013

PAULO ABIGUENEM ABIB, juiz

“É uma situação um pouco temerária. Mas acredito que para se ter chegado a tal decisão, o Estado está respaldado”



JULIA TERAYAMA - 09/08/2012

SÉRGIO RICARDO, presidente da Amages

“Governador Casagrande agiu dentro de seus poderes e responsabilidades, mas a posição final só será dada no julgamento do processo”

Reportagem Especial

**Cronologia**

Conheça a história da Terceira Ponte

**CONSTRUÇÃO**



**EM 1978** a ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça — Terceira Ponte — começou a ser construída. A estimativa era que a construção estivesse concluída em abril de 1980.

**CRISE**

**A DÉCADA DE 1980** foi marcada por paralisações, devido principalmente à falta de recursos para a conclusão da obra. Em 1987 a ponte chegou a ser inaugurada, mesmo sem estar pronta.

**CONCESSÃO**



**EM 1987**, foi feita a concessão da Terceira Ponte para a Operações de Rodovias Ltda (ORL). A empreiteira terminaria a obra e teria o direito de cobrar pedágio até 1998.

**INAUGURAÇÃO**



**EM 1989**, no dia 23 de agosto, a Terceira Ponte foi inaugurada oficialmente. No mesmo dia, teve início a cobrança do pedágio, que foi criado para cobrir os custos da conclusão da obra.

**CONTRATO**

**EM 1998**, o contrato com a OLR venceu e o pedágio deveria ter sido extinto.

FIM DE TARIFA

# Protesto por 798 milhões

**Manifestantes foram às ruas de Vitória para cobrar uma posição sobre valor que não teria sido investido durante o contrato**

**C**om gritos de guerra, cartazes e uma faixa, manifestantes foram às ruas de Vitória na noite de ontem para protestar pelos R\$ 798 milhões — valor que a Rodosol teria deixado de investir em 15 anos de operação, segundo relatório técnico inicial do Tribunal de Contas sobre o contrato de concessão da Terceira Ponte e Rodovia do Sol.

O protesto havia sido marcado pelas redes sociais e mais de 1,6 mil pessoas tinham confirmado participação. No entanto, cerca de 100 compareceram à manifestação, que foi pacífica e acompanhada por policiais militares e agentes da Guarda Municipal.

O protesto começou em frente à Assembleia Legislativa, na Enseada do Suá, onde o trânsito foi interrompido por alguns minutos pelo grupo de manifestantes, que estava com uma faixa com os dizeres “Não é por 20 centavos, sim por 800 milhões”.

Da Assembleia, o grupo seguiu para a praça do pedágio da Terceira Ponte. No local, alguns manifestantes tentaram quebrar as cabines, que estavam com uma proteção de ferro. Houve pichações por parte de integrantes black blocs.

Um adolescente foi detido pela polícia após subir em cima de uma das cabines e quebrar o ar-condicionado. Ele foi levado para o DPJ de Vitória, e liberado depois que os pais compareceram ao local.

A passagem de carros nos dois sentidos da ponte foi paralisada. Alguns manifestantes subiram parte da Terceira Ponte e comemoraram o fim do pedágio. Depois, seguiram para a Reta da Penha.

No trecho entre a Reta da Penha e a avenida Desembargador Santos Neves, na Praia do Canto, houve uma paralisação no trânsito feita pelos manifestantes. No local, o grupo se dispersou e o protesto chegou ao fim.

Segundo o universitário Rodrigo Santos, 22, o intuito da manifestação foi também comemorar o fim do pedágio. “Quem conseguiu o fim do pedágio foi o povo, portanto viemos às ruas pois é uma forma de comemorar. Essa é uma forma de mostrar que o povo que luta consegue tudo.”



RODRIGO GAVINI/AT

**MANIFESTANTES** caminharam até a praça do pedágio da Terceira Ponte carregando faixas e cartazes de protesto

**CENAS DO PROTESTO**



GUSTAVO FORATTINI/AT

**“O POVO SE UNIU e o pedágio caiu.”** Esta e outras frases foram ditas por manifestantes, que fizeram paródias com palavras de ordem criticando a cobrança.



ADRIANO HORTA/AT

**MANIFESTANTE** usou cartaz para protestar contra cobrança de tarifa.



ADRIANO HORTA/AT

**BLACK BLOC** pichou chapa de metal colocada pela Rodosol para proteger cabine na praça de pedágio.



ADRIANO HORTA/AT

**POR VOLTA** das 20 horas, manifestantes ocuparam a Terceira Ponte e ciclistas comemoraram a queda do pedágio.

**COBRANÇA**

**AINDA EM 1998**, o governo do Estado delegou à Rodosol a modernização e recuperação da Terceira Ponte. A empresa poderia cobrar pedágio durante 25 anos na ponte e Rodovia do Sol.

**IRREGULARIDADE**

**EM 2002**, uma série de irregularidades foi apontada em relatórios de comissões da Assembleia Legislativa com o objetivo de extinguir a cobrança de pedágio.

**PROTESTOS**

**EM JUNHO DE 2013**, moradores da Grande Vitória foram às ruas com diversas reivindicações. Uma delas foi o fim do pedágio cobrado na Terceira Ponte. No dia 20 de junho, mais de 100 mil pessoas participaram do protesto.



**DIMINUIÇÃO**

**NO DIA 9 DE JULHO** de 2013, a Justiça ordenou a redução do pedágio de R\$ 1,90 para R\$ 0,80 (para carros), até que fosse concluída a auditoria do contrato da Rodosol. O valor seria o necessário para que a empresa continuasse com a manutenção da ponte.

**SUSPENSÃO**

**ONTEM** o governador Renato Casagrande anunciou a suspensão do pedágio na ponte por tempo indeterminado, até que o Tribunal de Contas conclua a auditoria.



## Reportagem Especial

FIM DE TARIFA

# Descartada a volta do pedágio

Deputados elogiaram decisão do governador de suspender cobrança na 3ª Ponte e disseram não acreditar que ela seja retomada

**E**m uma sessão que contou com os 30 parlamentares e em que a suspensão do pedágio da Terceira Ponte ganhou destaque, deputados estaduais descartaram o retorno da cobrança da tarifa. Além disso, não pouparam elogios à atitude do governador Renato Casagrande (PSB).

Antes de ser anunciada a decisão de suspender a cobrança da tarifa, o governador fez o comunicado aos deputados estaduais. A reunião, no Palácio Anchieta, no início da tarde, contou com a presença de 24 parlamentares.

O deputado José Esmeraldo (PMDB), um dos 11 que assinaram projeto de decreto legislativo proposto pelo deputado Euclério Sampaio (PDT), no ano passado, para cancelar o contrato da Rodosol, elogiou o governador e não acredita em retorno da cobrança.

“Foi uma decisão heróica e democrática em favor da população. O governador não vai mais aceitar essa cobrança”, disse.

Também do PMDB, Esmael de



SESSÃO da Assembleia: a suspensão do pedágio da Terceira Ponte foi o assunto mais comentado pelos deputados

Almeida foi mais enfático:

“Se depender dos poderes Executivo e Legislativo não vai ter mais pedágio na Terceira Ponte”, defendeu.

Quem faz coro é Janete de Sá (PMN): “Não acredito em retorno de cobrança desse pedágio.”

**AUDITORIA**

O presidente da Assembleia, Theodorico Ferraço (DEM), destacou a auditoria preliminar no contrato de concessão.

“Essa decisão só foi possível após realização de auditoria validada por esta Casa. Tenho certeza

de que foi uma decisão tomada em favor do Estado.”

Rodrigo Coelho (PT), Marcos Mansur (PSDB), Eustáquio de Freitas (PSB), Luzia Toledo (PMDB) e Vandinho Leite (PSB) também foram favoráveis à postura do governador.

## Prefeitos afirmam que medida foi a mais acertada

Os prefeitos Luciano Rezende (PPS), de Vitória, e Geraldo Luzia Júnior (PPS), o Juninho, de Cariacica, defenderam a medida do governador Renato Casagrande (PSB) de suspender a cobrança do pedágio da Terceira Ponte. “Foi uma medida acertada, tomada no tempo certo”, elogiou Luciano.

Juninho completou: “Decisão providencial. Enquanto a questão do contrato com a Rodosol não for resolvida, o povo não pode pagar”.

Tanto Juninho quanto Luciano já sinalizaram apoio à reeleição de Casagrande. Indagado sobre o benefício na corrida eleitoral, o prefeito de Vitória disse não estar focado na questão. Já Juninho revelou ter dúvida quanto ao impacto. “Temos de pensar sobre a prévia da decisão, marcada pela onda dos protestos. Só o tempo vai dizer”, disse.

Os prefeitos da Serra, Audifax Barcelos (PSB), e de Vila Velha, Rodney Miranda (DEM), não quiseram comentar a decisão.

## O QUE ELES DISSERAM



MARCELO SANTOS (PMDB)

“Foi uma decisão coerente e amparada na legalidade.”



JOSÉ ESMERALDO (PMDB)

“A decisão é democrática e de interesse da população.”



GLAUBER COELHO (PSB)

“Governador teve sensibilidade de ouvir a voz das ruas e da Casa.”



EUCLÉRIO SAMPAIO (PDT)

“Vou analisar. Suspensão pode acabar de uma hora para outra.”



DARY PAGUNG (PRP)

“É uma resposta para o que veio das ruas no ano passado.”



GILZINHO LOPES (PR)

“Excelente a decisão. Teve como base a auditoria preliminar.”



ROBERTO CARLOS (PT)

“Governador agiu com prudência e com base no relatório.”



ESMAEL ALMEIDA (PMDB)

“Casagrande tomou uma decisão corajosa e audaciosa.”



LUIZ DURÃO (PDT)

“Decisão foi responsável para não ter prejuízo aos usuários.”



LÚCIA DORNELLAS (PT)

“Foi sábia decisão do governador e correta para o momento.”



CLAUDIO VEREZA (PT)

“É uma decisão correta, corajosa e equilibrada do governador.”



JAMIR MALINI (PTN)

“Era um anseio da população, e o governador foi ao encontro dele.”



HÉRCULES SILVEIRA (PMDB)

“O relatório apontou prejuízo de R\$ 800 milhões ao Estado.”



JANETE DE SÁ (PMN)

“Foi uma decisão prudente, sem interferência política.”



SANDRO LOCUTOR (PPS)

“Foi uma atitude responsável, ouvindo o clamor das ruas.”



ELCIO ALVARES (DEM)

“Foi uma atitude certa e o pedágio colocado no seu devido lugar.”



ATAYDE ARMANI (DEM)

“Quem ganha é a população. Foi uma atitude ímpar.”



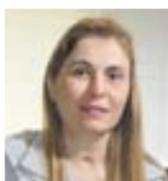
PAULO ROBERTO (PMDB)

“É suspensão e não cancelamento. É preciso prudência.”



JOSIAS DA VITÓRIA (PDT)

“Foi uma decisão acertada e corajosa do governador.”



APARECIDA DENADAI (PDT)

“Foi a maior vitória do governo e do povo. E na hora certa.”



GENIVALDO LIEVORE (PT)

“Dá uma resposta a uma demanda de 15 anos do povo.”



SOLANGE LUBE (PMDB)

“Foi uma decisão sensata, já que a auditoria aponta irregularidades.”



GILDEVAN FERNANDES (PV)

“É constitucional e legal, pois feita após instrução técnica inicial.”



JOSÉ CARLOS ELÍAS (PTB)

“Avalio como correta a decisão, baseada em uma auditoria.”

### ANÁLISE

Mauro Paiva, cientista político e professor da Faesa



### “A decisão terá ganho político”

“Saiu a decisão que o povo esperava. Diante das denúncias de irregularidades apontadas previamente pelo Tribunal de Contas, trabalho que vem sendo realizado com extrema competência, essa era a medida que a população tanto aguardava. Principalmente os milhares de usuários que transitam diariamente pela 3ª Ponte.

Não resta dúvida de que a decisão do governador Casagrande terá ganho político. Afinal, é no seu mandato que está acontecendo a tão desejada auditoria. Durante esse período já houve uma redução considerável nos preços que eram praticados.

A decisão de suspender a cobrança do pedágio no Sistema Rodosol sem dúvida transmite uma certa confiança à população de que alguma coisa positiva está sendo feita.

Vamos aguardar o término da auditoria do Tribunal de Contas e esperar que as futuras tarifas sejam mais justas e transparentes. A população está cansada de pagar o valor exorbitante que era cobrado por quilômetro rodado.”